

RESGATE HISTÓRICO DO JORNALISMO BRASILEIRO – PARTE 2: DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO(*)

Dirceu Fernandes Lopes(**)

Progresso transforma imprensa em empresa

A evolução da imprensa, no fim do século XIX e início do século XX, depois da proclamação da República, aconteceu junto com o progresso do mundo ocidental. Os jornais se multiplicaram, aumentando as tiragens. As causas estão ligadas à generalização da instrução, à democratização da vida política, à urbanização crescente, ao desenvolvimento dos transportes, à redução do preço de venda, devido ao barateamento da produção dos jornais, e também pela elevação do nível médio das massas.

Paralelamente a esses fatos, o progresso das técnicas foi fundamental no desenvolvimento da imprensa, como a invenção de tinta para impressão com secagem mais rápida e a substituição do papel de madeira por outro de fabricação mais barata. Além disso, a mecanização do sistema de composição com a invenção da estereotipia, que transformava a página em flâs de papelão, reduzindo o número de prensas, e até a invenção de novas impressoras, que ampliaram o número de exemplares.

Na metade do século XIX, a popularização do telégrafo favoreceu a transmissão rápida das informações. O telégrafo elétrico facilitou o trabalho das agências de notícias e agilizou ainda mais a informação a longa distância. Todos esses fatores levaram o jornal a tornar-se produto de consumo.

Com a chegada dos colonos europeus, que substituíram os escravos, começou a crescer a imprensa operária ou imprensa anarquista, no final do século XIX e início do XX.

Imprensa anarquista conscientiza operários

Para falar da imprensa anarquista criada por imigrantes deportados por razões políticas, no fim do século XIX e início do XX, é fundamental explicar o que é anarquismo: um movimento de ideias e de ações que, rejeitando toda a dominação exterior ao homem, se propõe a reconstruir a vida em comum sobre a base da vontade individual autônoma. Cada comunidade e cada indivíduo devem determinar sua vida. O homem precisa ser livre para viver feliz e em paz. O anarquismo nega o Estado porque dá

(*) Texto escrito para o jornal Unidade em agosto de 2008. Edição especial em comemoração aos 200 anos da Imprensa no Brasil.

(**) Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Santos (1966) e mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1982; 1986). Atualmente, é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Atua principalmente nos seguintes temas: jornalismo, jornal laboratório, ensino, aprendizagem, técnica laboratorial.

continuidade à existência de uma classe dirigente. As minorias que dominam os Estados dirigem o destino das maiorias.

Isso colocado, é importante ressaltar que, através dos jornais, os anarcossindicalistas, um segmento anarquista que teve maior repercussão nos países da América Latina, tentavam conscientizar não só os trabalhadores, mas também suas famílias sobre a doutrina e incitá-los à liberdade. No anarquismo, os jornais eram fatores fundamentais de mobilização operária, instrumentos de conscientização da classe obreira e do alargamento de suas discussões. A missão do jornalismo não se limitava a difundir ideias, a educar politicamente, a atrair aliados políticos. Jornal não é somente um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social.

De 1890 a 1920 surgiram no Brasil 343 jornais. Desses, 149 eram de São Paulo e 35% destes em idioma estrangeiro. Outros 100 do Rio de Janeiro e os 94 restantes estavam espalhados por todo o Brasil. Dos 343 títulos, 60 eram editados em outros idiomas: 1 em alemão, 4 em espanhol e 55 em italiano.

Uma característica marcante: a não existência de repórter. As redações recebiam farto material sobre o movimento operário, incluindo cartas, relatórios de sindicatos, denúncias etc. Geralmente em formato tabloide e quatro páginas, esses veículos nem sempre tinham publicidade; viviam das contribuições dos trabalhadores e da renda dos sindicatos e associações. Quando existia um anúncio de um produto, surgia com a recomendação da própria redação, dando um caráter de escolha política. Seu conteúdo não era meramente noticioso. Normalmente reproduzia na íntegra textos e conferências, além de charges reforçando o editorial. Não havia preocupação de recursos estéticos, e os textos enormes ocupavam toda a página.

O caráter panfletário era demonstrado em frases alinhadas sob o nome do jornal: “Um por todos, todos por um – Um panfleto de crítica social – A união faz a força”. Outra marca desses periódicos eram denúncias de arbitrariedades no trabalho de menores e das mulheres.

Poucos jornais conseguiram certa regularidade de sobrevivência por período longo. A irregularidade na periodicidade devia-se às dificuldades financeiras e à perseguição do sistema estabelecido. A polícia apreendia o material nas gráficas, quebrava as máquinas e prendia os responsáveis.

Com o advento de Getúlio Vargas, o movimento operário atrelou-se ao sistema. Vargas não perdeu tempo, outorgando a Carta do Trabalho, em 1934, que sintetizava as reivindicações trabalhistas. Em 1937 surgiu o Estado Novo, outro momento histórico de forte censura.

DIP censura no Estado Novo

Com um golpe de Estado, em novembro de 1937, Getúlio Vargas assumiu plenos poderes: impôs uma nova Constituição e fechou o Poder Legislativo. Surgiu o Estado Novo. A Constituição de 37 regulamentou a censura à imprensa, que seria exercida pelo Estado por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), estruturado em moldes nazistas. Através de suas sucursais, o DIP controlava a imprensa e emitia listas de assuntos proibidos.

Normalmente havia um censor em cada jornal. A censura era total. O DIP distribuía material de propaganda do governo, destacando as qualidades do ditador. Outra atribuição desse órgão e seus braços estaduais era subornar jornalistas e os próprios donos de jornais. Durante a ditadura, muitos enriqueceram ilicitamente e os que se recusaram a colaborar tiveram seus meios de comunicação sumariamente fechados ou colocados sob a tutela do DIP.

Um dos setores mais atingidos pela censura foi o de caricaturas políticas, que permaneceu praticamente estagnado nos anos do autoritarismo. Destacou-se apenas o paulista Belmonte, com seu personagem Juca Pato, a própria imagem do sofrido cidadão classe média de São Paulo. Proibido de abordar problemas internos, Belmonte voltou-se à política internacional e notabilizou-se por seus ferrenhos ataques ao nazismo e fascismo, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Chegou a irritar Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler.

Os jornais tinham duas opções: resistir, correndo o risco de serem confiscados, ou transformar-se em órgãos de propaganda da ditadura. Entre dezembro de 1937 e novembro de 1938, foi editado o jornal *Brasil*, redigido por Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, e impresso na gráfica do *Estadão*, atacando Getúlio. Depois de 21 números, a polícia conseguiu confiscá-lo e exilou seus redatores.

Cinco anos sem *Estadão*

Em 23 de março de 1940, o jornal *O Estado de S. Paulo* foi tomado pela Polícia Militar, acusado de esconder armas, e entregue ao DIP. Depois disso, o periódico só voltou a seus donos em dezembro de 1945, quando Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte retornaram do exílio. Foram ignorados todos os números publicados durante o período de 7 de abril de 1940 a 6 de dezembro de 1945. O *Estadão* voltou a circular pelas mãos de seus legítimos donos em 7 de dezembro de 1945, com o número 21.650, última edição antes de ser ocupado pela polícia.

O editorial dessa edição começava assim: “O Estado de S. Paulo volta hoje às mãos dos seus legítimos donos. Derrubada a ditadura que se aposava desta folha, mediante injusta coação, o novo governo do Brasil entendeu de praticar um ato de justiça, que era a reposição das coisas ao seu estado anterior”.

Antes de ser tomado pelo regime, o *Estadão* resistia: não publicava material enviado pelo DIP, não dava fotos do presidente, nem de seus auxiliares, nem citava os nomes das pessoas ligadas aos cargos de liderança do regime. Mas não podia externar publicamente seus pontos de vista devido à censura.

O preço da resistência do jornal foi a necessidade de fazer um empréstimo na Caixa Econômica Federal. A cada mês, no vencimento das prestações, Vargas telefonava pessoalmente para o jornal a fim de saber se o pagamento estava em dia. Era uma forma de pressão.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial acarretou mudanças significativas. A ferrenha propaganda anticomunista teve que ser suspensa, em respeito à União Soviética, e os jornais tiveram a liberdade de se posicionar a favor dos aliados, da democracia e contra as ditaduras fascistas. Criticando outros países, os meios de comunicação também atacavam o regime brasileiro, muito similar àqueles países.

A ruptura da censura foi lenta, gradual e cautelosa. Os jornais arriscavam aqui e ali, verificando o que podia ser divulgado.

Referências

- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.
- FARO, José Salvador. *Revista Realidade: 1966-1968. Tempos de reportagem na imprensa brasileira*. São Paulo: Ulbra; AGE, 1999.
- JORGE, Sebastião. *A linguagem dos pasquins*. [S. l.]: Litograf, 2000.
- MACEDO, Riopardense de. *Hipólito da Costa e o universo da liberdade*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARKUN, Paulo (Org.). *Vlado: Retrato da morte de um homem e de uma época*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MELO, José Marques de. *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Universidade Metodista de São Paulo, 2005.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: Os abusos da imprensa*. São Paulo: Ática, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.